



Minas Sem Censura

Professores de escolas públicas protestam em Minas: a CNTE planeja levar docentes do país inteiro a Brasília no próximo dia 26 para pedir, entre outros pontos, o cumprimento do piso do magistério

Governadores afirmam que falta dinheiro

As secretarias estaduais de Educação dizem que os cofres públicos, dependendo do estado, não têm dinheiro suficiente para pagar aos professores iniciantes os R\$ 1.187 do piso nacional do magistério.

– O impacto do piso nas contas públicas é muito elevado. Muitos estados vivem do repasse de recursos da União. Uma queda no repasse do Fundo de Participação dos Estados acaba gerando dificuldades de ordem financeira, o que dificulta o pagamento do piso – explica Belivaldo Chagas, vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Segundo Chagas, as dificuldades seriam resolvidas se fosse feita uma “repactuação nacional” que determinasse o envio de mais recursos federais oriundos de impostos aos estados mais dependentes da União. Ele, porém, diz:

– Todos os governos estão se esforçando para honrar o pagamento do piso do magistério. O piso é uma vitória dos professores de todo o país.

O Rio Grande do Sul é um dos estados que não cumprem a lei do piso. A Secretaria de Educação diz que o governador “assumiu o compromisso de integralizar o valor no decorrer de seu governo”.

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) afirma que falta dinheiro também às prefeituras para aumentar os salários dos professores.

– Os municípios sem receita própria, que dependem de recursos do governo federal, não dão conta de pagar o piso e ao mesmo tempo manter as escolas – diz Maria Cecília Amendola da Motta, vice-presidente da Undime.

Em nove estados, salário de professor é inferior ao piso

Lei que determina salário mínimo para o magistério em todo o país foi aprovada em 2008, mas até hoje não é respeitada; governadores tentaram derrubá-la no Supremo

Ricardo Westin

Neste sábado, comemorase o Dia do Professor. A muitos mestres, porém, falta motivo para festejar. Um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) mostra que nove redes estaduais de ensino pagam aos professores iniciantes menos do que o piso salarial determinado por lei.

Os estados que desrespeitam a lei, segundo a CNTE, são Rondônia, Amapá, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesses estados, há professores que trabalham em troca de menos de R\$ 1.187 por mês.

A lei do piso nacional do magistério foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. Surgiu da união de um projeto do Poder Executivo com outro do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ambos com o mesmo objetivo: impedir que certos estados e prefeituras continuassem pagando salários baixos a seus professores.

Na época em que entrou em vigor, a lei impôs um piso de R\$ 950 para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais (oito horas por dia). Como a norma determina reajustes anuais, hoje está em R\$ 1.187. Para o ano que vem, preveem-se R\$ 1.385. O piso salarial beneficia os professores que se encontram no

degrau mais baixo da carreira: os iniciantes e com formação de nível médio (sem curso superior).

– Acabou virando uma lei para inglês ver: existe, mas não é cumprida. Onde está o Ministério Público, que não pede a condenação dos prefeitos e dos governadores que não pagam o piso? Para que serve a Lei da Improbidade Administrativa? – critica Cristovam Buarque.

Além de ter sido amplamente

Já que não conseguiram derrubar a lei, os governadores pediram ao Supremo que benefícios e gratificações dados aos professores pudessem ser somados aos salários. Assim, atingiriam o piso mais facilmente. Os professores reclamaram, lembrando que benefícios e gratificações não são levados em conta no cálculo da aposentadoria e podem deixar de ser pagos a qualquer momento. Em abril passado, o STF decidiu que o salário é uma coisa e que benefícios e gratificações são outra.

Durante o período de indecisão, governadores e prefeitos não se preocuparam em pagar o piso nacional aos professores apostando que a lei acabaria sendo anulada pelo Supremo.

A CNTE não tem dados sobre os salários dos professores das escolas municipais, mas crê que a situação deles é ainda pior do que a dos professores das escolas estaduais. A maioria dos municípios é de pequeno porte e tem arrecadação de impostos mínima, o que lhes obriga a manter a educação exclusivamente com verbas enviadas pelo governo federal.

– Sabemos que existem professores ganhando R\$ 300 de salário, que, com as gratificações, sobe para R\$ 700. É vergonhoso para o país. Como temos a pretensão de oferecer a nossas crianças uma educação de qualidade se não valorizamos o professor? – questiona o presidente da CNTE, Roberto Franklin de Leão.

Piso do magistério

Nove estados descumprem lei e pagam menos que R\$ 1.187



Fonte: CNTE

discutida no Congresso, a lei do piso do magistério resistiu a tentativas de anulação nos tribunais. Assim que foi aprovada, um grupo de governadores recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que fosse declarada inconstitucional. Uma lei federal, argumentaram, não poderia interferir no salário de funcionários estaduais e municipais. O STF não lhes deu razão.

Saiba mais

A integra da lei do piso nacional do magistério, de 2008

<http://migre.me/5T7E1>



A CNTE defende que se implante um piso salarial maior para os professores da rede pública

<http://migre.me/5T7EL>

Projeto de Cristovam Buarque e Pedro Simon para que professor tenha reajuste de senador

<http://migre.me/5T7Ft>

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL

MEC dá socorro a prefeituras em dificuldade

O governo federal oferece ajuda financeira aos estados e municípios que não conseguem pagar, sozinhos, o piso nacional do magistério a seus professores.

Para receber esse dinheiro, porém, governadores e prefeitos precisam provar que aplicam 25% de suas receitas em educação, como manda a Constituição. Nessa conta, não se admitem as aposentadorias dos funcionários das secretarias de Educação – “maquiagem” que estados e municípios costumam fazer para atingir artificialmente os 25% exigidos para o setor.

Até o momento, segundo o Ministério da Educação (MEC), um estado e 98 municípios buscaram ajuda para complementar os salários dos professores. Seus pedidos ainda estão sendo analisados.

O secretário de Articulação dos Sistemas de Ensino do MEC, Carlos Augusto Abicalil, diz que uma das razões para alguns estados não conseguirem bancar o piso do magistério é o acirramento da “guerra fiscal” entre eles:

– Dos recursos da educação básica, boa parte vem do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços]. Na guerra fiscal, os estados dão incentivos às empresas baixando esse imposto. A arrecadação, então, não sobe no mesmo ritmo do crescimento econômico. Isso cria um problema, porque quanto mais emprego se gera, maior se torna a demanda por educação.

Para Abicalil, o piso nacional estabelecido por lei “valoriza o professor” e ajuda a diminuir “a dívida que o Brasil acumulou com a educação pública ao longo de décadas”.